

NOVOS ATORES EM MOVIMENTO: O VEGANISMO COMO PRÁTICA POLÍTICA

FERNANDA MATTOS DE LIMA VALENÇA¹; DAVIDE CARBONAI²

¹Universidade Federal do Pampa – fernandasottam@hotmail.com

²Universidade Federal do Pampa - davidecarbonai@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Tem estado em pauta a necessidade de formas sustentáveis de relação entre o ser humano e natureza, de maneira que o veganismo ganha destaque por se valer de práticas com o uso da alimentação como propulsora não só de condições orgânicas mais saudáveis, como também de um estilo de vida que minimize o impacto ambiental. Segundo a Sociedade Vegana:

Veganismo é o modo de vida que busca eliminar toda e qualquer forma de exploração animal, não apenas na alimentação, mas também no vestuário, em testes, na composição de produtos diversos, no trabalho, no entretenimento e no comércio. Veganos opõem-se, obviamente, à caça e à pesca, ao uso de animais em rituais religiosos, bem como a qualquer outro uso que se faça de animais. Disponível em: <sociedadevegana.org> Acesso em: 26 de nov. de 2013.

Dessa maneira, o veganismo englobaria práticas alimentares e sociais direcionadas pela não exploração ou uso de animais em diversos setores: desde uma dieta alimentar estritamente vegetariana ao ativismo e boicote a produtos, eventos e serviços que testem, explorem ou usem animais. Nesse caso, o também intitulado *vegan movement* repensaria o especismo¹ característico da atual sociedade onívora sobre as demais formas de vida animal. Sobre isso:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de suas etnias quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos. (SINGER, 2013, p.15)

Existem poucos levantamentos a respeito do veganismo em si, sendo possível encontrar maiores informações sobre o vegetarianismo. De modo que, segundo o IBOPE, Porto Alegre concentra 6% de vegetarianos, o mais baixo percentual comparando com a média das demais capitais brasileiras, de 8%. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo verificar a identificação do veganismo como um movimento social, observando simultaneamente a consonância de suas ações como forma de prática política.

¹Conceito importante para o trabalho. Segundo o site da Sociedade Vegana: “O especismo define-se pela discriminação arbitrária daqueles que não pertencem a uma determinada espécie. A maior parte dos humanos seriam especistas perante os restantes animais, uma vez que os consideram seres inferiores e os colocam num patamar abaixo do seu, não lhes conferindo qualquer tipo de direitos.” Disponível em: <http://www.sociedadevegan.com/discriminacao-animais-especismo#sthash.8lwgAJP3.dpuf>. Acessado em: 20 de nov. de 2013.

A respeito do tema vegetarianismo/veganismo são poucas as publicações e estudos no meio acadêmico. Uma das poucas áreas que se aproximam da questão é presente na Sociologia da Alimentação ou mesmo Antropologia. Isso se justifica por trabalhos como de Poulain (2003) sobre a noção de “espaço social alimentar”. A autora defende que existiriam vários aspectos importantes para o entendimento da alimentação em dada sociedade, o que remete ao trabalho que se desenvolve observando o modelo alimentar vigente e as conexões com o meio. Outro artigo, de Canesqui (1988), relaciona o consumo de alimentos com a antropologia cultural. Ela discorre sobre o impacto do quanto se pode ser absorvido das práticas, hábitos e concepções do consumo alimentar. Nesse sentido, é possível compreender que o consumo de carne encontra-se enraizado nas práticas da sociedade e seu uso não encontraria no senso comum significado mais amplo que o alimentar.

2. METODOLOGIA

Em andamento, a pesquisa considera as literaturas existentes sobre as tipologias de participação política e teorias de movimentos sociais. Sobre a temática do veganismo buscar-se-á em um segundo momento, a partir de entrevistas e outros documentos, compreender a amplitude do fenômeno no Rio Grande do Sul. As entrevistas serão do tipo semiestruturadas gravadas e serão aplicadas em restaurantes veganos na cidade de Porto Alegre.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como termo, o veganismo passa a ser usado em 1944 por Donald Watson. Este, um dos fundadores da Vegan Society (Reino Unido), motivou-se pela criação do termo tendo em vista que até então não se era feita distinção entre vegetarianismo e veganismo.

O trabalho “Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação” de Borba (2012) serviu de base sobre o assunto e trata, a partir de ampla literatura da Sociologia Política, a temática da participação, com base nos estudos internacionais das tipologias classificatórias. É um trabalho importante para o estudo por trazer conceitos e perspectivas não presentes em edições brasileiras.

A partir do trabalho desenvolvido pelo autor constatamos a urgência, no caso brasileiro, de uma maior difusão de pesquisas que considerem a ação política desvinculada do momento eleitoral, ou seja, não ligadas apenas aos estudos tradicionais. Isso pelo fato de haver uma constante preocupação por parte dos cientistas políticos com as novas modalidades de participação política onde, no entanto, percebeu-se não haver uma quantidade considerável de trabalhos a respeito, fora do contexto europeu por exemplo. E como foi possível constatar nesta pesquisa, de alguns conceitos trabalhados pelas novas tipologias de participação política.

O autor explana que o estudo teve como resultados quatro estratos de participação, são eles: persuasão eleitoral; participação convencional; participação violenta; participação direta; não violenta. Com isso seria possível maior firmeza de classificação quanto ao tipo de participação. Nesse caso, entendemos a participação direta e não violenta as práticas adotadas pelo veganismo.

Outro trabalho survey, essencial para o presente trabalho foi o projeto Citizenship Involvement (CID), desenvolvido nos EUA por Teorell, Torcal e Montero (2007). Que abordariam os tipos de participação e ação políticas, relacionadas com os seguintes elementos: voto; partidos; atividades de protesto; uso político da internet. Para isso, a pesquisa foi ordenada em dois universos, o primeiro relativo aos canais de representação (voto e prática partidária) e ou extrarrepresentação (protesto e o conceito que trabalharemos: *consumer participation*), existindo ainda uma dimensão mista a qual os autores denominam como “contato político”. E como forma de influência seriam: “[...]“saída” (voto, a “consumer participation”) e ou “voz” (atividade partidária, protesto e contato).” (BORBA, 2012, p. 276). O que se representa na tabela a seguir:

		Canal de expressão	
		Representacional	Extra Representacional
Mecanismo de Influência	“Saída”	Voto	Consumer Participation
	“Voz”	Atividade Partidária (non-targeted)	Atividade de Protesto (non-targeted)
		Contato (non-targeted)	

Fonte: Adaptação de Borba (2012, p. 277) do trabalho de Teorell, Torcal e Montero (2007, p. 341)

O trabalho, dentre outros pontos, inovaria pela riqueza metodológica, complexidade das perguntas presentes nos questionários e , especificamente, ao trazer o conceito de *consumer participation*:

A incorporação do “consumer participation” como uma modalidade de participação política está relacionada às atividades de boicote ao consumo de determinados produtos, por razão de ordem ecológica ou social. Verificam-se também campanhas de estímulo a determinados hábitos alimentares e ao consumo de determinados tipos de produtos (ex. produtos orgânicos) [...] (BORBA, 2012, p.277)

A partir de conceitos como esse, a obra está sendo utilizada de maneira a respaldar o comportamento desses atores sociais, observando assim de que forma eles constituem um grupo social atuante dentro do significado de política. Ainda sobre a questão boicote, Argôlo argumenta:

Ao boicotarem os produtos que impõem de alguma forma exploração e crueldade aos animais, estão essas pessoas praticando um ato civil, ainda que de desobediência. Civil porque eles não invadem os abatedouros, não quebram os laboratórios que realizam pesquisas em ratos e macacos, não xingam os donos de churrascaria: apenas exercem um direito, qual seja, o de não consumir. (Disponível em: <http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum_artigos=1&totalRows_artigos=70&cod=16>, acessado em: 29 de maio de 2014).

Isso é relevante também para que se possa construir uma estratificação dos níveis de atuação política por parte dos veganos. A princípio, o simples ato de boicote a determinados produtos, se traduz, como se demonstra na literatura a respeito, em uma ação política.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista o crescimento do veganismo, que não pode ser observado somente como dieta alimentar, mas estilo de vida, é importante observar de que

maneira esse grupo se relaciona com o restante da sociedade, que integra matérias-primas de origem animal em quase todos os seus produtos e setores. Nesse contexto, observar o veganismo como um movimento social e, portanto, político, traz um novo viés de estudo dentro das pesquisas da área.

Ainda em desenvolvimento, a pesquisa observou que as práticas alimentares e demais ações que permeiam a identidade desse grupo implicariam em uma forma de prática política que teria respaldo nos estudos de participação política. Pelas novas tipologias de participação política consideramos aquelas que comportam a modalidade de participação direta e não-violenta e, principalmente, aos canais de extrarrepresentação de expressão política como o protesto e a “consumer participation”, sendo este último a referência central do trabalho no que diz respeito à participação política do grupo vegano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGÔLO, Tainá C. **VEGANISMO COMO DESOBEDIÊNCIA CIVIL**. Artigo publicado no site do Instituto de Abolição Animal, 2008. Disponível em: <<http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/veganismocomodesobedinciavil.pdf>>. Acessado em: 29 de mai. de 2014.

BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Soc. estado. vol.27, n.2, 2012, p. 263-288.

CANESQUI, Ana Maria. **ANTROPOLOGIA E ALIMENTAÇÃO**. Rev. Saúde Públ., n. 22, vol. 3, São Paulo, 1988, p. 207-216.

IBOPE. **Instituto Brasileiro de Opinião Pública**. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Dia-Mundial-do-Vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>> Acessado em: 10 de jan. de 2014.

POULAIN, Jean- Pierre; PROENÇA, Rossana. **O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares**. Rev. Nutr., Campinas, n.16, vol.3, jul./set., 2003, p. 245-256.

SOCIEDADE VEGANA. Disponível em: <www.sociedadevegana.org>. Acessado em: 20 de nov. de 2013.

TEORELL, J., TORCAL, M.; MONTERO, J. R. **Political participation: Mapping the terrain**. In: Van Deth, Montero, J. R. & Westholm, A (eds.), *Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis*. London: Routledge, 2007, p. 334-357.